

Quinta, 07/05/2015-nº1281

Senadores do governo e da oposição travam PCS

Senadores do PT e do PSDB pedem vista do projeto. Reajuste só deve ser apreciado na próxima semana

Nesta quinta-feira, 7, às 16 horas, tem Assembleia Geral na Justiça Federal para debater a mobilização pelo reajuste e eleger delegados para a Reunião Ampliada da Fenajufe (16 e 17 de maio).

Ontem, o projeto do reajuste (PL 28/2015) foi apreciado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, tendo parecer favorável do relator, senador José Maranhão (PMDB-PB). No debate, porém, o líder do governo no Senado Federal, senador Delcídio Amaral (PT-MS), e o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), da oposição, pediram vista do projeto, e a votação foi adiada por pelo menos mais uma semana.

A Fenajufe e os sindicatos da categoria em todo o país estão debatendo com seus servidores a necessidade imediata de crescimento da nossa mobilização. Isso ficou claro na votação de ontem, quando dois senadores já haviam se manifestado favoráveis ao reajuste, até o pedido de vista encerrar os debates.

O argumento utilizado por Delcídio foi que é pre-

ciso analisar melhor a matéria "com concretude", sob o ponto de vista da viabilidade orçamentária. Com esse posicionamento, o governo da presidente Dilma Rousseff, que atuou para evitar a votação do projeto na sessão, conseguiu o adiamento.

Em conversa ontem com dirigentes da Fenajufe, o líder do governo no Senado havia apresentado algumas dificuldades colocadas pelo governo, especialmente no que se refere à dotação orçamentária. Com isso, ele informou que aguardava a orientação do Palácio do Planalto sobre como deveria se posicionar na sessão.

Apoio de senadores

Apesar do pedido de vista, o fato é que outros senadores se manifestaram em defesa do PLC 28/2015 e garantiram que aprovarão o reajuste. Romero Jucá, do PMDB de Roraima, reafirmou o compromisso já firmado anteriormente com dirigentes da categoria

Assembleia, 16 h, na JF

Transporte às 15h30 na JT Rio Branco, 15h45 no TRE e TRT e 15h50 nas VTs

de, uma vez aprovado o projeto, se empenhar para garantir, no Orçamento, os recursos necessários a sua implementação. Ele se comprometeu, ainda, a tentar articular o acordo entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Supremo Tribunal Federal.

O projeto que saiu da Câmara condiciona a implementação do reajuste à existência de previsão orçamentária, por isso é determinante o acordo entre a cúpula do Judiciário e o governo, que só avançará com muita pressão da categoria, pois ficou claro que estamos longe das prioridades de ambos.

A Fenajufe continuará cobrando que os senadores cumpram com os compromissos já assumidos com os servidores. Além disso, cobrará posicionamento especialmente do líder do governo no Senado, que apresentou o pedido de vista, e dos demais senadores do PT que compõem a CCJ, considerando que os parlamentares dos outros partidos já declararam voto favorável ao projeto. Mas só isso não basta, como já vimos na conquista dos outros PCSc, quando o papel fundamental de pressão foi exercido pelos servidores em Greve. Agora, como ficou claro na sessão de ontem, não será diferente. *Da Fenajufe*

Federais articulam pressão para negociar data-base e reajuste com Planejamento

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais realizará ato nacional na quarta-feira, 14, em Brasília. Neste mesmo dia, às 10 horas, acontece a segunda rodada de negociação entre o governo (MPOG) e os Servidores Públicos Federais. Desta vez, a pauta será dividida em dois blocos: um negocial e outro financeiro. Na primeira reunião em 23 de abril foi definida a metodologia da negociação.

No bloco negocial estão previstas discussões sobre o direito de negociação coletiva, a data-base em 1º de maio e a retirada dos projetos no Congresso Nacional que atacam os direitos dos servidores, assim como a aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores. Neste bloco também será discutida a isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes.

Já no bloco financeiro as negociações vão girar em torno da paridade salarial entre ativos, apo-

sentados e pensionistas; adoção do índice linear de reajuste de 27,3% e o estabelecimento de uma política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias.

Ampliada debate campanha salarial

Na mesma semana em que o Fórum dos SPFs se reúne em Brasília, servidores do Judiciário Federal de todo o país se reúnem nos dias 16 e 17 para debater a campanha salarial unificada do funcionalismo público federal.

Também serão discutidas as próximas ações para pressionar o Congresso Nacional pela aprovação dos projetos que revisam os planos de cargos e salários da categoria.

Os servidores públicos federais querem negociação entre governo. Legislativo e Judiciário para garantir acordo que permita o pagamento dos reajustes ainda este ano.

Projeto dos chefes de cartório tem parecer favorável do relator

A coordenação da Fenajufe reuniu-se na tarde desta quarta-feira, 6, com o relator do projeto que trata da isonomia de remuneração entre os chefes de cartórios eleitorais e cria cargos efetivos para estas unidades (PLC 25/2015) e está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

O relator, senador José Maranhão (PMDB/PB), informou que na próxima semana deverá se reunir

com o presidente do TSE, ministro Dias Tófolli, para tratar deste tema. Segundo a Fenajufe, Maranhão informou que o relatório do PLC 25/2015 já está pronto e é favorável ao projeto, preservando o conteúdo votado na Câmara dos Deputados. Diante da informação, a federação reivindicou que o projeto seja incluído na pauta da Comissão o mais rápido possível.